

# A epistemologia deweyana em diálogo com a tradição pragmatista

The Deweyan epistemology in dialogue with the pragmatist tradition

## RESUMO

Por uma abordagem histórica, analiso a evolução do pensamento pragmatista clássico a respeito do conceito de verdade, apontando os elementos das filosofias de Charles S. Peirce e William James que influenciaram John Dewey a propor, posteriormente, uma epistemologia da investigação baseada no conceito de asserção garantida. Divido o artigo em três partes: (a) explícito em que sentido o pragmatismo abandonou o conceito de verdade, salientando as diferentes abordagens de Peirce e James; (b) destaco os caracteres gerais da epistemologia deweyana considerando a sua filosofia da experiência; (c) trato propriamente da teoria da investigação proposta por Dewey, reforçando seu caráter pragmático.

**Palavras-chave:** Pragmatismo. Epistemologia. Método experimental. Investigação. Verdade.

## ABSTRACT

By an historical approach, I analyze the evolution of classical pragmatist thinking about the concept of truth, pointing out the elements of Charles S. Peirce and William James's philosophies that influenced John Dewey to later propose an epistemology of inquiry based on the concept of guaranteed assertion. I divide the article in three parts: (a) I explicit in what sense pragmatism abandoned the concept of truth, highlighting the different approaches of Peirce and James; (b) I emphasize the general characteristics of Deweyan epistemology, considering his philosophy of experience; (c) I examine the theory of inquiry proposed by Dewey, emphasizing its pragmatic character.

**Keywords:** Pragmatism. Epistemology. Experimental method. Inquiry. Truth.

---

\* Doutoranda em Filosofia

## Introdução

Embalada pelos sucessos do método científico, pela teoria da evolução de Darwin, pela fé no progresso e contrária à ideia de autoridade, a filosofia de John Dewey nasce em um contexto de efervescência de um típico pensamento norte-americano, desenvolvido no fim do século XIX e início do século XX: o pragmatismo.

A origem histórica dessa corrente de pensamento filosófico pode ser remetida aos encontros do Clube Metafísico, ocasiões em que o filósofo e matemático Charles Sanders Peirce reunia em sua casa em Cambridge durante os anos de 1870 um grupo de intelectuais – filósofos, cientistas e juristas<sup>1</sup> – interessados em discutir questões centrais de filosofia e ciência. Em 1878, Peirce publicou dois artigos importantes na revista *Popular Science Monthly* que sintetizaram, à sua maneira, as discussões do Clube – *A fixação das crenças [The fixation of belief]* e *Como tornar nossas ideias claras [How to make our ideas clear]*. As questões que orientaram Peirce na escrita desses artigos diziam respeito à relação entre pensamento e verdade: *como e se podemos saber se nossos pensamentos estão corretos, tanto formal quanto materialmente*. Era de crucial importância entender, portanto, como são formadas e fixadas as crenças e qual o método mais eficaz para fundar o conhecimento em crenças verdadeiras – para ele, o método científico. E considerando que crenças são expressas por proposições, Peirce se interessou também em investigar a natureza simbólica do pensamento e o método mais adequado para clarificar a linguagem e, assim, tornar distintos os significados das concepções mentais – o método pragmático.

Anos mais tarde, outros filósofos como William James, F. C. S. Schiller e o próprio John Dewey ampliaram o âmbito do pragmatismo, estendendo o método inicialmente restrito à teoria do significado ao campo da epistemologia e da metafísica. Foi James, também participante do Clube Metafísico, quem reavivou o termo em um encontro com o professor Howison sobre religião, na Universidade da Califórnia em 1898, vinte anos após a apresentação do método pragmático por Peirce na revista *Popular Science Monthly* (JAMES, 1967, p. 45). A partir de então, foi o principal representante dessa espécie de “temperamento filosófico”, como diria em 1907, em suas *Conferências sobre o Pragmatismo*.

Peirce passou, então, a empregar o termo *pragmaticismo [pragmaticism]* para se referir ao sentido original. Dizia ele que ao menos o termo era feio demais para ser apropriado por um raptor (PEIRCE, 2003, p. 285-287). O britânico F. C. S. Schiller preferiu o termo *humanismo* para denominar o conjunto de suas ideias bastante próximas ao pragmatismo de James; e Dewey, com receio de que seu pensamento fosse mal compreendido pela estrita filiação à popular doutrina jamesiana, empregou o termo *instrumentalismo* e, mais tarde, *experimentalismo*.

O perfil filosófico de James é distinto do de Peirce. Enquanto este tem interesse pela matemática e pela lógica, defendendo o realismo escolástico e preocupado com o significado de conceitos gerais e abstratos da mente, aquele provém da psicologia, filiando-se ao nominalismo e preocupado com o significado particular das ideias. Dewey, terceiro filósofo da tríade pragmatista clássica, reúne ele-

<sup>1</sup> Dentre eles Chauncey Wright, St. John Green, Frank Abbot, William James, Joseph B. Warner e Oliver Wendell Holmes. John Dewey também frequentou esporadicamente os encontros.

mentos dos dois predecessores e contribui com um aspecto idiossincrático para o pensamento pragmático ao socializar os problemas lógicos e psicológicos elaborados pelos primeiros. Seguindo James, Dewey expande a necessidade vista por Peirce de testes lógicos e operacionais dos significados a testes humanísticos e funcionais, e avança no sentido de integrar significado, verdade e valor e dar-lhes uma aplicação à vida social, a partir de processos educacionais e democráticos (STROH, 1972, p. 306-307; FLOWER & MURPHEY, 1977, p. 811). Também reformula o individualismo de James ao considerar a experiência individual sempre no interior de interações sociais, onde importa menos uma teoria da vontade, da crença particular e da disposição de agir e mais as formas de organização e controle social de valores, condutas e crenças.

### As bases históricas da epistemologia deweyana: pragmatismo, verdade e valor

As novas descobertas científicas e as mudanças sociais ocorridas no fim do século XIX contribuíram para que se instaurasse, como se sabe, uma insegurança em relação aos grandes sistemas filosóficos do século XVIII. O pragmatismo se estrutura a partir da crítica à autoridade da racionalidade intelectualista iluminista, do questionamento acerca da real existência de uma base fundante para o pensamento, porque o compreende enquanto algo prático e funcional. Nesse sentido, a verdade passa a ser entendida como um *valor* e a proposição verdadeira como consenso que conduz a processos vitais coletivos satisfatórios.

Isso significa que o termo *verdadeiro* não designa nenhuma qualidade de ideias que representam corretamente algo que lhes preexiste, mas expressa a condição de acordo numa dada comunidade de falantes – verdadeira é uma proposição com a qual todos podem concordar, porque se pode comprovar os seus efeitos práticos – mesmo que tal acordo seja sempre provisório e possa ser aprimorado ou modificado ao longo da história. O progresso do conhecimento deixa de ser uma questão de se aproximar cada vez mais de uma representação da realidade objetiva e preexistente, passando a ser uma questão de resolver um maior número de problemas (RORTY, 1999, p. 64-65). A própria investigação – a ferramenta epistemológica – e não o seu resultado final – o objeto conhecido – torna-se o foco de interesse dos filósofos: a verdade é, afinal, uma questão de *método*.

Peirce é o primeiro dos pragmatistas clássicos a abandonar o conceito de verdade apodídica, deduzível e autoevidente, em favor da noção de estados de crença empiricamente verificáveis e coletivamente compartilhados. Uma proposição verdadeira é, para ele, uma explicação satisfatória de um determinado estado de coisas, resultado de um conjunto de práticas públicas de investigação e de verificação experimental, apta a orientar nossas condutas como uma fórmula geral. A verdade é, desse modo, um *ponto ideal de convergência entre os resultados das investigações* levadas a cabo pelo método científico<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> “A opinião a que todos os investigadores são levados a finalmente concordar é o que significamos como verdade, e o objeto representado por essa opinião é o real” (PEIRCE, 1963, p. 267).

Mas se é o método científico aquele capaz de fixar crenças verdadeiras – já que é o único que testa as hipóteses a partir da manipulação controlada de materiais sensíveis; o único, portanto, que retorna aos fatos a fim de comprovar suas hipóteses por meio do experimento – ainda restava por resolver um problema de semântica: como podemos nos entender em relação ao significado das proposições que expressam nossas crenças? Há dois equívocos usualmente cometidos por cientistas e filósofos que geram discussões acirradas acerca de falsos problemas: primeiro, a confusão entre a obscuridade do pensamento e a obscuridade dos próprios objetos; e, segundo, o entendimento de que uma distinção linguística é, em última instância, uma distinção entre concepções mentais<sup>3</sup>. Há três níveis que não devem ser confundidos: os objetos, os pensamentos e as proposições. Grande parte das discussões metafísicas poderiam ser evitadas através de um método que esclarecesse o significado das concepções mentais, expressas pelas proposições.

Para Peirce, o pensamento é sempre teleológico e sua finalidade é o estabelecimento de crenças<sup>4</sup>. As crenças, por sua vez, são entendidas como hábitos mentais de estabelecimento de fórmulas gerais de ação, tanto de atividades fisicamente eficientes, energéticas e corporais, como de atividades mentais. Se duas crenças produzem a mesma ação ou o mesmo hábito, elas não se distinguem, mesmo que seus modos de expressão linguística sejam diversos. Então, independente de como uma crença é formulada linguisticamente, o que determina o significado das proposições é justamente o que elas provocam: o modo de ação ou hábito derivado de sua aceitação como verdadeira. É ineficaz buscar o significado de proposições em ideias claras e distintas da razão, ou em elaborações abstratas da mente, porque isso reduz o significado a questões linguísticas. Peirce estabelece a máxima do método pragmático, no artigo *Como tornar nossas ideias claras*, em 1978: “considerar os efeitos práticos que possam pensar-se como produzidos pelo objeto de nossa concepção. A concepção destes efeitos é a concepção total do objeto.” (PEIRCE, 1983, p. 5)<sup>5</sup>.

Os efeitos práticos a que o filósofo se refere, ao contrário do que uma leitura superficial pode levar a crer, são as consequências experimentais, os efeitos *possíveis* que *podem ser pensados* como decorrentes de se tomar por verdadeira a concepção, a partir de operações deliberadamente controladas. O significado é, portanto, intelectual e condicional<sup>6</sup>: envolve um ato de generalização, uma supo-

<sup>3</sup> Peirce entende que uma concepção mental é o teor racional de uma palavra ou outra expressão. (PEIRCE, 2003, p. 284).

<sup>4</sup> O filósofo utiliza o conceito de crença de Alexander Bain, segundo o qual crença é “aquilo que pode servir de fundamento para as ações humanas” (BAIN, *apud* WESEP, 1966, p. 400).

<sup>5</sup> No original: “consider what effects, that conceivably have practical bearings, we conceive the object of our conception to have. Then, our conception of these effects is the whole of our conception of the object” (PEIRCE, 1963, p. 258). Posteriores definições da máxima parecem mais esclarecedoras. Em 1904, no texto *O que é o pragmatismo?*, Peirce reformulou a máxima nos seguintes termos: “uma concepção, isto é, o teor racional de uma palavra ou outra expressão, reside, exclusivamente, em sua concebível influência sobre a conduta da vida; de modo que, como obviamente nada que não pudesse resultar de um experimento pode exercer influência direta sobre a conduta, se se puder definir acuradamente todos os fenômenos experimentais concebíveis que a afirmação ou negação de um conceito poderia implicar, ter-se-ia uma definição completa do conceito, e nele não há absolutamente nada mais”. (PEIRCE, 2003, p. 284). Posteriormente, em 1905 no texto *Issues of Pragmatism*, encontramos o seguinte, em livre tradução: “o inteiro teor intelectual de qualquer símbolo consiste na soma de todos os modos gerais de conduta racional que, condicionalmente sob todas as possíveis diferentes circunstâncias e desejos, seguem-se à aceitação do símbolo” (PEIRCE, 1963, p. 293).

<sup>6</sup> Segundo Wesep (1966, p. 440), há uma passagem na lógica peirceana do modo indicativo ao condicional, porque, em termos lógicos, o pragmatismo pode ser assim definido, em tradução livre: “pragmatismo é o princípio pelo qual todo

sição embasada de que algo que aconteceu no passado seguramente acontecerá no futuro, se preenchidas determinadas condições. Podemos, então, resumir o âmbito de aplicação do método pragmático, para Peirce, da seguinte forma:

Em primeiro lugar, a regra pragmática se aplica apenas a determinar o significado de **ideias gerais**, e não de ideias singulares ou únicas. Em segundo lugar, o método pragmático se aplica apenas ao que Peirce chama de **'teor racional' de uma ideia, apenas às consequências logicamente previsíveis que podem ser repetidamente encontradas na experiência**. [...] As consequências práticas são as que podemos prever que se seguirão em resultado da realização de alguma operação. Sua regra pragmática, pois, é (1) hipotética, (2) operacional, (3) predictiva e (4) observacional. Dizê-la hipotética significa que é enunciada sob a forma de uma proposição condicional: se A então B. Dizê-la operacional significa que a parte A, ou o antecedente da condicional, envolve a ação ou realização, propositadamente controlada, de alguma coisa, para obter um certo resultado. Dizê-la predictiva significa que se prevê que a parte B, ou o conseqüente da condicional, seguir-se-á como um resultado inevitável da parte A, ou da operação realizada. Finalmente, dizê-la observacional significa que podemos realmente nos referir à experiência ou à observação para determinar se os resultados previstos realmente ocorrem. (STROH, 1972, p. 119-120, grifo meu).

A eleição do pragmatismo como o método capaz de possibilitar à filosofia, à ciência e ao conhecimento em geral liberdade e progresso<sup>7</sup> está atrelada à ideia de que uma máxima metodológica que apenas busca considerações práticas dispensa um aparato hipotético prévio ou um fundamento ideal, os quais podem funcionar como verdadeiros entraves à investigação. O apego às ideias fundantes muitas vezes impossibilita a neutralidade e o avanço da pesquisa, em virtude do desejo de que os fatos concretos se conformem às teorias. Conceber o significado em termos práticos permite precisamente que a teoria acompanhe os fatos e que a filosofia, portanto, trabalhe com hipóteses que devem ser provadas.

Mas Peirce negava a possibilidade do pragmatismo de dar respostas conclusivas em relação ao significado de concepções como *deus*, *liberdade* e *substância*, porque não se tratam de generalidades lógicas. Na contramão desse pensamento, William James via a potência do método justamente nessa possibilidade. James inicia sua segunda *Conferência sobre o Pragmatismo* esclarecendo a antiga máxima formulada por Peirce. Diz ele:

O método pragmático é, primariamente, um método de assentar disputas metafísicas que, de outro modo, se estenderiam interminavel-

---

juízo teórico expresso numa sentença no modo indicativo é uma forma confusa de pensamento cujo único significado, se tem algum, repousa na sua tendência de compelir a uma máxima prática expressa numa sentença condicional que tem sua *apodosis* no modo imperativo". (PEIRCE, 1963, p. 15). Não é demais lembrar que Peirce se refere ao pragmatismo como idealismo condicional (Idem, p. 343).

<sup>7</sup> Saliente que o progresso da ciência não implica necessariamente num movimento de melhoramento social. Como nos diz, Ratner (1939, p. 159): "A história da mudança é 'progressiva ou evolucionária' mesmo quando ela corre ladeira abaixo. É um dos grandes infortúnios do termo 'evolução' ou 'evolucionário' que se tornaram identificáveis a um sentido unidirecional de 'ascensão e progressão'. O desenvolvimento é evolucionário independente da direção a que é levado. A ideia de uma tendência automática de ascensão foi um dos absurdos científicos supremos do século dezenove que ainda persiste no século vinte. É a história natural com uma dose de teologia antiga nos braços. Nenhuma ideia é mais fatal ao progresso humano ascendente que a crença na necessidade e, portanto, no funcionamento automático dos 'processos evolucionários' que levará os seres humanos ao próximo passo".

mente. É o mundo um ou muitos? – predestinado ou livre? – material ou espiritual? – eis aqui noções, quaisquer das quais podem ou não valer verdadeiras para o mundo; e as disputas em relação a tais noções são intermináveis. O método pragmático nesses casos é tentar interpretar cada noção traçando as suas consequências práticas respectivas. **Que diferença praticamente haveria para alguém se essa noção, de preferência àquela outra, fosse verdadeira?** Se não pode ser traçada nenhuma diferença prática qualquer, então as alternativas significam praticamente a mesma coisa, e toda disputa é vã. Sempre que uma disputa é séria, devemos estar em condições de mostrar alguma diferença prática que decorra necessariamente de um lado, ou o outro está correto.” (JAMES, 1967, p. 44, grifo meu).

Em James, portanto, o pragmatismo continua a ser um método para esclarecer o significado de concepções, mas o significado não é mais tomado como puramente racional. Ele está ligado à vida particular de cada indivíduo, no sentido do valor prático, moral, religioso, estético e epistemológico atribuído aos pensamentos e ideias que guiam as condutas humanas e coordenam as interações entre sujeitos e objetos num mundo plural, relacional e em construção<sup>8</sup>.

James mantém a ideia de que crenças são hábitos mentais que servem como fundamento de ação, e que uma crença verdadeira é aquela que decorre de um acordo público satisfatório. Mas como está mais interessado em estudar o que faz com que uma crença seja verdadeira do ponto de vista psicológico e não lógico ou científico, diverge de Peirce no que se refere a validar apenas o experimento científico como método eficiente de verificação das crenças.

No artigo *O sentimento da racionalidade* publicado em 1879, James defende que a racionalidade é uma ferramenta adaptativa que os seres humanos dispõem para estabelecer relações proveitosas com o meio, e que é também um tipo de *sentimento* relacionado a uma sensação de harmonia, facilidade e paz, o que gera prazer e alívio, muito mais do que um simples raciocínio generalizante e inferencial. Para reconhecermos nossas crenças como racionais e verdadeiras é necessário, antes de tudo, que elas nos afetem com essas marcas subjetivas de satisfação e suficiência. É preciso, também, que todas as nossas crenças, além de se harmonizarem aos fatos, harmonizem-se entre si. Por isso, James afirma que no processo contínuo de construção e destruição de crenças, “o maior inimigo de qualquer de nossas verdades pode ser o resto de nossas verdades.” (JAMES, 1967, p. 59).

Para que as crenças se harmonizem entre si não é preciso que cada uma delas seja verificada diretamente, por um experimento científico. A verdade vive à custa de um sistema de crédito (JAMES, 1967, p. 120); basta que a verificação seja possível, que as circunstâncias se harmonizem e que a crença seja coerente com o conjunto do pensamento. Embora esse possa parecer um critério inseguro, cabe lembrar que as crenças não são concepções mentais puramente individuais e a-históricas, elas são compartilhadas por indivíduos pertencentes a uma mesma

<sup>8</sup> Com isso, James estende o pragmatismo para além da Teoria do Significado, aplicando o método à Teoria da Verdade e à Metafísica. Quanto ao primeiro caso: “esse, então, seria o escopo do pragmatismo – primeiramente um método; em segundo lugar, uma teoria genérica do que se entende por verdade” (JAMES, 1967, p. 53-54); quanto ao segundo: “a alternativa entre pragmatismo e racionalismo, sob a forma que se nos apresenta agora, há muito que deixou de ser uma questão da teoria do conhecimento, sendo concernente à estrutura do próprio universo” (Idem, p. 144).

civilização em um dado momento no tempo. James nomeia de *senso comum* as nossas maneiras mais fundamentais e compartilhadas de pensar decorrentes de descobertas ancestrais e verificações primitivas que se preservaram no curso da história, justamente porque se mostraram, enquanto crenças, eficientes para compreender e operar o mundo<sup>9</sup>.

Assim, o valor de verdade de uma crença está na sua capacidade de articulação dentro de todo nosso conjunto de crenças e em sua capacidade de conduzir proveitosamente as relações no mundo, de modo a satisfazer expectativas em relação aos fatos, eventos e objetos. Ademais, a verdade como valor está sempre associada ao que é melhor *para nós* acreditar. Não se trata, evidentemente, de um egoísmo que fecha os olhos ao mundo e à alteridade, porque a verdade caminha nos trilhos do equilíbrio e, como tal, reflete o ideal ético real: a inclusão e a tolerância.

## Epistemologia e filosofia da experiência

John Dewey, o terceiro filósofo que compõe a tríade pragmatista clássica, é um pensador que defende a continuidade entre natureza e cultura, sobretudo a naturalização e a socialização dos processos mentais, sejam epistemológicos ou morais. Embora evitasse se filiar explicitamente ao pragmatismo, no prefácio de seu livro de epistemologia, *Lógica – A teoria da investigação*, afirma que o texto é *pragmático* no sentido de considerar as consequências como provas necessárias da validade das proposições, desde que essas consequências sejam operacionalmente determinadas e capazes de resolver os problemas relacionados com a operação (DEWEY, 1938, p. IV). A opção pelo termo *instrumentalismo* se relaciona à defesa de que as ideias são ferramentas conceituais que o ser humano dispõe para lidar com seu ambiente em processos adaptativos de significação crescente. A posterior opção pelo termo *experimentalismo* revela a valorização do método científico de investigação, estendido não só à filosofia mas a toda espécie de investigação cotidiana<sup>10</sup>, que sempre pressupõe o retorno à experiência como mecanismo de teste e validação.

Mas a experiência, para Dewey, não se restringe experimento científico. Compartilho a opinião de Gaiger (1964, p. 7) de que o conceito de experiência é justamente o tema unificador de toda a obra de Dewey e ressalto a colocação de Flower e Murphey (1977, p. 856) de que é tal conceito o que capta o caráter integrativo do processo adaptativo existencial humano, o que para Dewey envolve lógica, biologia e cultura. Por essa razão, vi a necessidade de contextualizar a epistemologia deweyana no interior de sua filosofia da experiência, desenvolvida principalmente no livro *Experiência e Natureza*, publicado em 1925.

A experiência é uma transação entre a criatura viva e seu meio ambiente que transforma a ambos. Não se trata de uma espécie de consciência interna

<sup>9</sup> Para James, o senso comum, a filosofia e a ciência são três formas não-hierárquicas de pensamento, não sendo nenhum dos três mais verdadeiro do que os outros, cada um sendo útil no seu campo próprio de aplicação. Cf. quinta Conferência sobre o Pragmatismo – *Pragmatismo e Senso Comum* (JAMES, 1967, p. 102-114).

<sup>10</sup> Ao contrário de Peirce, ele não separa os métodos científico e pragmático, aquele concernido às verdades científicas e este ao significado de concepções mentais, pois, para Dewey, para ser científica, basta que a investigação seja levada de maneira inteligente, a partir de uma atitude experimental.

que capta perceptual e simbolicamente o mundo – uma separação entre sujeito e objeto –, nem o conjunto de sensações impressas em uma mente vazia. Trata-se das trocas vitais, contínuas e ritmadas, que uma criatura estabelece com o ambiente, alternando o *fazer* e o *estar sujeito* [*doings and undergoings*] e entre equilíbrios e desequilíbrios<sup>11</sup>.

O equilíbrio entre a criatura e o meio, para Dewey, é o valor natural que advém da experiência, mas ele é sempre transitório e instável. A maioria de nossas experiências são desequilibradas, isso é, a criatura está sempre se deparando com dificuldades – sejam elas psicofisiológicas, epistemológicas ou morais – que tornam a situação indeterminada, confusa, duvidosa. O ser humano tem uma ferramenta diferenciada para sanar essa obscuridade: o que Dewey chamou de inteligência ou de pensamento reflexivo, o que não se confunde com a racionalidade iluminista. Não diz respeito a uma faculdade *a priori* da mente ou de uma condição humana pela qual é possível explicitar princípios lógicos ideais e autoevidentes, mas da atividade funcional de uma criatura como o ser humano, desenvolvida ao longo da evolução animal. A inteligência é, afinal, uma espécie de atividade metódica e investigativa de organização de experiências, que envolve não apenas uma capacidade racional de realizar inferências, mas também a percepção, a memória, a imaginação, os hábitos, os impulsos, os desejos e os sentimentos. É a estrutura que surge no curso de uma experiência bem-sucedida e que vai se consolidando em hábitos – inclusive hábitos de pensamento.

A atividade de conhecimento é, portanto, uma das formas possíveis de experiência, aquela em que a inteligência está em pleno exercício para solucionar os desequilíbrios situacionais. É uma fase intermediária entre uma experiência imediata, aquela em que o nível simbólico ainda não foi acionado na percepção, e uma experiência estética, aquela em que finalmente a criatura retorna a uma situação de equilíbrio com o meio. Em suma, a fase em que é possível articular simbolicamente experiências diretas e passadas, o que permitirá a projeção e previsão de consequências, a reformulação de hábitos ineficientes e a cooperação entre indivíduos favorecida pela linguagem e pela comunicação.

O paradigma naturalista evolucionista de Dewey é o que permite pensar as experiências como temporais, processuais e contínuas, e não como classificações abstratas. Esse caráter processual é destacado na introdução dos *Ensaio sobre Lógica Experimental*, no qual o filósofo afirma que a atividade de conhecimento

<sup>11</sup> O conceito de “experiência pura”, desenvolvido por James nos *Ensaio de Empirismo Radical* é importantíssimo para Dewey. Segundo James, “se começamos com a suposição de que existe uma única matéria-prima ou um único estofa no mundo, um estofa do qual todas as coisas são compostas, e se chamamos tal estofa ‘experiência pura’, então o conhecer pode facilmente ser explicado como uma espécie particular de relação mútua entre estofos, relação esta em que partes da experiência pura podem entrar. A própria relação é uma parte da experiência pura; um de seus ‘termos’ torna-se o sujeito ou o portador do conhecimento, o que conhece; o outro torna-se o objeto conhecido” (JAMES, 1973, p. 102). É importante salientar que James não sustenta uma teoria monista quando afirma que mente e matéria, sujeito e objeto, são compostos por um mesmo estofa. Ele denomina de *experiência pura* o “fluxo imediato de vida que fornece o material à nossa reflexão posterior com suas categorias conceituais”, “a soma proporcional de sensação não verbalizada que ela [experiência] ainda incorpora”, “o campo instantâneo do presente” (Idem, p. 134, 135, 109). A experiência pura, portanto, não é uma espécie de substância da qual seriam compostos tanto mente como matéria, tanto sujeito como objeto, mas uma espécie de *aquilo*, atualidade desclassificada, simples existência, que ainda não é um *quê* definido e que só será definido posteriormente, na experiência reflexiva do conhecimento, a partir da funcionalidade de se fixar sujeito e objeto, mente e matéria. Dewey aproveita-se dessa noção, mas naturaliza a experiência pura jamesiana, evitando que seja encarada como uma espécie de entidade metafísica. A experiência, em Dewey, é descrita como troca mútua entre uma criatura viva e seu meio ambiente, englobando os processos mais físicos de sobrevivência, como respiração e alimentação, e os culturais mais complexos, como o conhecimento e a moral.

deve ser entendida a partir do desenvolvimento temporal da experiência, já que (a) o conhecimento sempre implica uma espécie de julgamento e, portanto, pensamento, e que esses termos denotam justamente investigação ou o resultado de investigações; e (b) que a investigação ocupa um lugar intermediário e de mediação no desenvolvimento da experiência (DEWEY, 1916, p. I).

Não é de surpreender que Dewey encontre na atividade de investigação [*inquiry*] o correspondente funcional da atividade epistemológica. Ele prefere, inclusive, empregar o ativo *conhecer* [*knowing*] do que o passivo *conhecimento* [*knowledge*], porque trata-se de algo que literalmente *fazemos*, e não de algo preexistente que apenas alcançamos. Nesse sentido, a epistemologia é entendida por um viés genético pragmático como a disciplina que explora o modo processual da atividade de conhecimento disparada sempre por uma situação problemática ou, em última instância, como aprendemos, mais do que a disciplina que julga a validade cognitiva do que é conhecido.

Para defender essa proposta teórica, Dewey tem de recusar algumas ideias já consolidadas pela tradição, argumentos explicitados em seus vários livros sobre o tema: *Estudos em teoria lógica* [*Studies in logical theory*] (1903), do qual é coautor; *Teoria do conhecimento experimental* [*Experimental theory of knowledge*] (1906), *Como pensamos* [*How we think*] (1910), *Ensaio de lógica experimental* [*Essays in experimental logic*] (1906), *A busca da certeza* [*The quest for certainty*] (1926) e *Lógica – a teoria da investigação* [*Logic – the theory of inquiry*] (1938).

A primeira delas é a de que o mundo, na sua transitoriedade e mudança, é uma aparência, e que a realidade é algo supranatural que pode ser alcançado via intelecto. A segunda é o atomismo empírico. Dewey nega que o conhecimento é adquirido a partir de ideias simples de sensações, que são diretamente conhecidas, e da posterior associação dessas ideias. O filósofo segue James na defesa de que as sensações simples são o resultado de análises intelectuais<sup>12</sup> e segue Peirce na constatação de que já há juízo operando no campo da percepção, ao menos discriminação e atenção a determinados elementos<sup>13</sup>. Ademais, toda qualidade já é experienciada a partir de hábitos passados e experiências anteriores, que constituem, em parte, a experiência perceptual mais crua. Isso se dá porque há uma diferença entre o conhecimento e a simples apreensão [*awareness*]. O campo de fundo do conhecimento é o campo geral da percepção, uma apreensão imediata do organismo de porções de seu meio ambiente, sempre já influenciada

<sup>12</sup> Desde a publicação de *Princípios de Psicologia*, em 1890, James já se posicionava contrariamente à psicologia associativa inglesa, derivada das correntes empiristas, por estabelecerem um dualismo entre a mente e a matéria e em virtude da noção de mente enquanto um receptáculo passivo de sensações, cuja única atividade propriamente dita era a misteriosa capacidade de associar ideias semelhantes. Para James, não é interessante pensarmos em termos de sensações simples, pois estas nunca de fato foram experienciadas, são apenas os resultados de atenção discriminativa (JAMES, 1973, p. 49).

<sup>13</sup> Peirce se vê como kantiano ao considerar que não é possível separar, na prática, a percepção sensível do raciocínio inferencial. Segundo ele, o percepto já é apreendido num juízo perceptivo, que já é uma espécie de abdução. Assim, se afasta radicalmente da posição empirista de que a mente é uma folha em branco em que são depositadas cópias de impressões. Para mais detalhes, cf. a *Conferência VII – Pragmatismo e Abdução* (PEIRCE, 1983). No texto *Questões referentes a certas faculdades reivindicadas pelo homem* (PEIRCE, 2003, p. 244-245), Peirce dá dois exemplos da impossibilidade de distinguir entre resultados intelectuais e dados intuitivos: a existência física mas não perceptual do ponto cego da retina (nosso cérebro completa as informações referentes aos dados sensíveis que a própria retina não capta) e a necessidade de percorrer o objeto com as mãos para perceber texturas (o que fazemos, na verdade, é comparar sensações táteis obtidas em momentos distintos).

pelas suas experiências anteriores, mas o conhecimento propriamente dito só acontece como resultado de um processo em que algum item da experiência passa a ser um signo para algo além de si mesmo, isto é, quando há envolvimento do nível simbólico, quando é possível estabelecer sequências, relações e coexistências. O conhecimento é a atividade que força o organismo a levar em consideração e redirecionar o material sensorial já disponível para adiante.

A terceira é a noção de que a única via de acesso ao mundo dos fenômenos são as representações mentais dos objetos ou as ideias. Para Dewey, a noção de que o conhecimento é a atividade de cópia realizada pela consciência de uma realidade exterior não é explicativa e reforça o abismo dualista que nos separa do mundo. Uma ideia não deve ser separada de sua gênese – a situação problemática ou indeterminada –; ela é um plano de ação ou uma hipótese de trabalho. Gaiger (1964, p. 66), comentando sobre isso, dá um exemplo esclarecedor: imagine um homem perdido numa floresta. A última coisa de que ele precisa é de uma cópia mental de todas as árvores da floresta, de todos os animais, arbustos e plantas, de uma fotografia da floresta. O que precisa é de algum instrumento que o ajude a sair de onde está e achar o caminho, de algo que o auxilie a tomar uma decisão adequada considerando o plano que tem em vista, de algo que solucione seu problema: um mapa. O mapa não é cópia, pois contém elementos além daqueles já perceptíveis imediatamente, é um dispositivo que permite um relacionamento frutífero com o terreno<sup>14</sup>. Uma ideia é como um mapa, que funciona como um guia para a ação – o sentido mais comum da expressão “tive uma ideia” – uma antecipação orgânica do que vai acontecer quando algumas operações são executadas sob e com respeito a condições observadas. Esse modo de previsão e antecipação mental de consequências só é possível no interior de uma investigação. Nas palavras de Dewey:

A interação orgânica torna-se investigação quando as consequências existenciais são antecipadas; quando as condições circundantes são examinadas com relação a suas potencialidades; e quando atividades de resposta são selecionadas e ordenadas com referência à atualização de algumas das potencialidades, em detrimento de outras, em uma situação existencial final (DEWEY, 1985, p. 60).

## **A investigação e a asserção garantida**

No livro *Lógica – Teoria da Investigação*, mais especificamente no capítulo VI – *O padrão da investigação* – Dewey expõe detalhadamente as etapas de uma investigação bem-sucedida, desenvolvendo o que Peirce descreveu no artigo *A fixação das crenças*. Ele conceitua investigação como

a transformação dirigida ou controlada de uma situação indeterminada em uma situação de tal modo determinada nas distinções e relações que

<sup>14</sup> O mapa, contudo, não pode responder se *de fato* o homem está em x, e nem se *de fato* deveria se dirigir a y. Mas essas são preocupações de outras investigações e nessas situações tampouco uma cópia mental da floresta ajudará. Nestes casos, e também no caso, por exemplo, de um botânico que simplesmente quer mapear as espécies vivas da floresta, é necessário um instrumento que forneça os meios para atingir determinados fins, um instrumento que e possibilite avançar na ação e realizar o plano.

a constituem, que converta os elementos da situação original em um todo unificado. (DEWEY, 1985, p. 58)<sup>15</sup>.

Nas palavras de Peirce, o processo que vai do estado perturbatório da dúvida ao estado equilibrado da crença, por meio do discurso ou pelo uso de símbolos<sup>16</sup>.

Contudo, diferentemente de Peirce, para Dewey esse é precisamente o procedimento adotado pelos seres humanos em qualquer investigação, não só nas investigações científicas. Nós já empregamos o método científico em nossas investigações ordinárias, sempre que queremos esclarecer inteligentemente uma situação indeterminada. A diferença é que, nas investigações comuns, os símbolos empregados são aqueles constituídos pela cultura habitual e relacionam-se diretamente às atividades de uso e gozo. As investigações científicas, como se dirigem a objetos especializados, necessitam da criação de uma linguagem também especializada e abstrata, que não mais se refira diretamente às atividades cotidianas de uma comunidade, mas que institua relações recíprocas em nível de significado, isto é, são as próprias relações entre os significados o que constituem os objetos de investigação científica.

A investigação, então, começa num estágio pré-cognitivo, em que um organismo humano se encontra numa situação aberta, porque sua interação com o meio é indeterminada em relação ao resultado. Por isso, a própria situação, e não um estado mental, é confusa, obscura, ambígua, incerta, e por isso a tentativa de resolver a ambiguidade envolve uma efetiva modificação das condições existentes. A dúvida cartesiana seria um estado patológico, pois não se refere a nenhuma situação existencial.

A situação existencial pré-cognitiva se torna o objeto [*subject-matter*] da investigação quando lhe é atribuído, num momento posterior, o caráter de problemática. Este momento é bastante importante, porque o modo como o problema é posto decide e controla os critérios e métodos da investigação que se seguirá. Para colocá-lo, é necessário, no nível factual, estabelecer os constituintes existenciais de uma situação e, no nível conceptual, os significados em termos de consequências ou, dito de outro modo, ideias de soluções para esclarecer a situação, sempre baseadas na observação dos fatos do caso e no resultado de investigações anteriores. Essas também, conforme vão surgindo, inicialmente na forma fraca de sugestões, influenciam posteriores observações e manipulação dos elementos existenciais, que estabelecem novos fatos do caso e que, por sua vez, fazem surgir novas possíveis soluções mais sofisticadas e

<sup>15</sup> Dewey entende por situação o todo contextual em que estamos imersos ao perceber determinado objeto ou evento, o complexo existencial sustentado por uma única qualidade, um todo ainda indiscriminado que não pode ser explicitado ou acertado. É sempre implícita em toda simbolização proposicional, pois a sentimos como um *background* que sustenta as posteriores discriminações simbólicas do pensamento. Nós nunca experienciamos um evento ou um objeto isolados, porque “nós vivemos e agimos em conexão com o ambiente existente, e não em conexão com objetos isolados, mesmo que uma coisa singular possa ser crucialmente significante para decidirmos como responder ao ambiente total” (DEWEY, 1938, p. 68). Sobre essa questão, há um capítulo esclarecedor do livro *Filosofia e Civilização* [*Philosophy and Civilization*], denominado *Pensamento Qualitativo* [*Qualitative Thought*].

<sup>16</sup> No entender de Peirce, a dúvida real surge com a surpresa ou com a quebra de expectativas que nos paralisa a ação. A investigação, então, se inicia por premissas momentaneamente inquestionáveis a partir das quais são realizadas discursivamente as inferências – deduções, induções e abduções. A abdução é uma espécie criativa de inferência, a partir da qual são elaboradas hipóteses ou regras gerais de ação. O estado de crença é alcançado quando comprovada a validade das hipóteses a partir do teste empírico.

assim por diante, num contínuo progressivo de significado. É também no sentido de dirigir posteriores operações de observação que Dewey entende as ideias enquanto funcionais ou operacionais.

O exame da aptidão funcional das ideias mais sofisticadas é o que Dewey chama de raciocínio [*reasoning*]: o desenvolvimento do conteúdo significativo das ideias em suas relações recíprocas, envolvendo operações com símbolos. Raciocinar significa examinar o significado de ideias, a partir de relações entre significados (proposições) organizados em um sistema coerente, que impliquem novos significados. Nas palavras de Peirce, a realização de inferências.

Essas relações entre símbolos e significados é tão rica que surgiu uma disciplina específica que as toma como objeto: a lógica. Todavia, para Dewey não se trata de uma disciplina que investiga formas puras de raciocínio, mas formas que se tornaram generalizadas devido à constatação de sua eficácia em anteriores investigações particulares. A lógica, para ele, é experimental, de modo que não há uma ruptura entre o modo como pensamos e o modo como deveríamos pensar: devemos pensar exatamente como já pensamos, em ocasiões que nosso pensamento funcionou bem<sup>17</sup>.

Mas não basta que o conteúdo das ideias seja examinado no nível simbólico, pois isso não garante a sua operabilidade. A última etapa, então, do processo de investigação é o teste: a ocasião em que as ideias são postas a funcionar; em que os fatos são colocados para interagir, a partir do plano de ação estabelecido pela ideia. Em outras palavras, o teste se dá quando, a partir de uma ideia, elementos existenciais são manipulados de modo a instituir fatos que não existiam previamente, consequências de novas interações causadas (RATNER, 1939, p. 138). A investigação, em resumo, induz mudanças na situação existencial a fim de prever resultados e controlá-los, por isso é sempre experimental.

Dewey denomina de objeto [*object*] o que encontramos ao final da investigação, após a discriminação do pensamento, contrastando-o com (a) a situação existencial total e indiscriminada que dispara a investigação e com (b) a experiência estética, aquela em que vivenciamos uma nova situação existencial total indiscriminada, mas equilibrada. Em virtude do caráter mutável da experiência no interior da própria atividade de investigação, o filósofo também, da mesma maneira que Peirce e James, recusa que o objeto do conhecimento seja algo que filosoficamente convencionou-se chamar de verdade. E se tem de examinar em alguma medida esse tradicional conceito filosófico, o faz relacionando-o ao significado de proposições, e não à a situações fáticas e existenciais.

Enquanto propriedade de ideias, as proposições verdadeiras são aquelas que possuem assertividade garantida, obtida ao final de um processo sério e inteligente de investigação. A asserção garantida é uma espécie de julgamento objetivo baseado em testes de hipóteses, que se afasta tanto da crença, entendida como um estado mental subjetivo, quanto da verdade, tomada como uma entidade fixa e independente da investigação particular. A asserção garantida se relaciona aos fatos sem representá-los; é, portanto, objetiva, mas permanece aberta ao teste, já

<sup>17</sup> Neste sentido, difere-se de Peirce. Dewey só se preocupa com generalizações, enquanto consolidação no tempo de condutas úteis à vida, que possam guiar nossas condutas futuras. Mas não atribui às generalizações existência real, como o realista escolástico Peirce o faz.

que, articulada no nível simbólico, pode ser compartilhada, compreendida e questionada por uma comunidade comunicacional de mulheres e homens.

## Considerações finais

Busquei nesse artigo, a partir de uma abordagem histórica, retomar algumas ideias desenvolvidas pelos pragmatistas Peirce e James que influenciaram John Dewey a posteriormente desenvolver uma epistemologia concebida enquanto teoria da investigação e da aprendizagem. Para Dewey, não faz sentido compartimentalizar a epistemologia como uma disciplina que supostamente deveria perquirir verdades objetivas e fixas, distantes da vida prática das comunidades humanas. A epistemologia, entendida como teoria da investigação, é uma disciplina que pode proporcionar um método eficiente de aprendizagem e conseqüentemente uma maneira inteligente de lidar com o mundo que nos cerca. Esse método pressupõe uma troca real entre o ser humano e a situação existencial em que está inserido: não bastam elucubrações mentais, é preciso que um problema seja determinado e que as ideias desenvolvidas para o solucionar sejam testadas. Nesse sentido, o método é experimental e produz asserções garantidas pelos testes experimentais.

É preciso lembrar, contudo, que a ciência, para Dewey, não é a detentora do método científico. Ela, de fato, sistematizou essa atitude experimental que já está presente em toda atividade de conhecimento bem-sucedida, seja no campo das decisões morais, das fruições artísticas ou das descobertas científicas. O conhecimento, para o filósofo, é a atividade de investigação crescente, que nos permite aumentar os significados de nossas experiências a partir da constante aprendizagem. Por isso, o problema da educação é tão importante para Dewey, não só a educação curricular mas a própria vida humana, entendida como um processo contínuo de aprendizagem.

Para finalizar, gostaria de destacar que Dewey, embora valorize sobremaneira a atividade de conhecimento, não poupa esforços em dizer que se trata de uma atividade intermediária e instrumental, pois o real valor da experiência humana é o sentimento de equilíbrio, vivenciado após os processos investigativos, depois que finalmente discriminamos os aspectos da situação, solucionamos os problemas e podemos simplesmente gozar a sensação de nova integralidade com o meio que nos cerca. A experiência estética é aquela vivenciada na fase final do encadeamento de experiências, como uma recompensa que se obtém após um período de trabalho e esforço. Apenas para introduzir um tema que poderá ser tratado em outra ocasião, o conhecimento serve, afinal, para que possamos, cada vez mais, aproximar nossas vidas da arte.

## Referências bibliográficas

DEWEY, John. *Essays in Experimental Logic*. Chicago: The University of Chicago Press, 1916.

\_\_\_\_\_. *Human Nature and Conduct – An introduction to social psychology*. New York: Henry Holt and company, 1922.

\_\_\_\_\_. *The quest for certainty – A study of the relations of knowledge and action*. London: George Allen & Unwin, 1929.

\_\_\_\_\_. *Experience and Nature*. London: George Allen & Unwin, 1929.

\_\_\_\_\_. *Philosophy and Civilization*. New York: Minton, Balch & Company, 1931.

\_\_\_\_\_. *Art as Experience*. New York: G. P. Putnam's sons, 1934.

\_\_\_\_\_. *Logic – The Theory of Inquiry*. New York: Henry Holt and Company, 1938.

\_\_\_\_\_. *John Dewey*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Pensadores).

FLOWER, Elizabeth; MURPHEY, Murray G. *A history of philosophy in America*. v. II. New York: G. P. Putnam's Sons, 1977.

JAMES, William. *The sentiment of rationality, in Essays in Faith and Morals*. New York: New American Library, 1962.

\_\_\_\_\_. *Conferências sobre o Pragmatismo, in Pragmatismo e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Lidador, 1967, p. 45.

\_\_\_\_\_. *Princípios de Psicologia, in Pragmatismo e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. *Ensaio de empirismo radical, in Pragmatismo e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

PEIRCE, *How to make our ideas clear, in Collected Pappers of Charles Sanders Peirce, Vol V e VI*. Harvard: Belknap press, 1963.

\_\_\_\_\_. *The fixation of belief, in Collected Pappers of Charles Sanders Peirce, Vol V e VI*. Harvard: Belknap press, 1963.

\_\_\_\_\_. *Lectures on Pragmatism, in Collected Pappers of Charles Sanders Peirce, Vol. V e VI*. Harvard: Belknap press, 1963.

\_\_\_\_\_. *Issues of Pragmatism, in Collected Pappers of Charles Sanders Peirce, Vol V e VI*. Harvard: Belknap press, 1963.

\_\_\_\_\_. *Pragmatism and Pragmaticism, in Collected Pappers of Charles Sanders Peirce, Vol V e VI*. Harvard: Belknap press, 1963.

\_\_\_\_\_. *Survey of Pragmatism, in Collected Pappers of Charles Sanders Peirce, Vol V e VI*. Harvard: Belknap press, 1963.

\_\_\_\_\_. *Conferências sobre o pragmatismo, in Escritos Coligidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *O que é o pragmatismo?, in Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

\_\_\_\_\_. *Questões referentes a certas faculdades reivindicadas pelo homem, in Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

RATNER, Joseph. *Intelligence in the modern world – John Dewey's philosophy*. New York: The Modern Library, 1939.

RORTY, Richard. *Para Realizar a América – o pensamento de esquerda no século XX na América*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999, p. 64-65.

STROH, Guy W. *A filosofia americana. De Edwards a Dewey: uma introdução*. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

WESEP, H. B. Van. *A história da filosofia americana*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1966.

---

**Sobre a autora**

**Ana Rita Nicoliello Lara Leite**

Doutoranda em Filosofia pela UFMG. E-mail: anarita.nicoliello@gmail.co

Recebido em 26/03/2018

Aprovado em 20/08/2018

**Como referenciar esse artigo**

LEITE, Ana Rita Nicoliello Lara Leite. A epistemologia deweyana em diálogo com a tradição pragmatista. *Argumentos: Revista de Filosofia*. Fortaleza, ano 10, n. 20, p. 166-180, jul.-dez. 2018.